



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO (DEFE) - SALA 420
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - MIN. PETRÔNIO PORTELLA" - ININGA
TELEFONES: (86) 3215-5821/3215-5920 - FAX: (86) 3215-5693 - E-MAIL: defe@ufpi.br
64.049-550 - TERESINA-PIAUÍ

DISCIPLINA: Financiamento da Educação

CURSO: Licenciatura Plena em Pedagogia

CREDITOS: 4.0.0 - **CARGA HORÀRIA:** 60 horas - **PERÍODO LETIVO:** 2012/1

PROFESSORES: Luís Carlos Sales; Rosana Evangelista da Cruz

Plano de Ensino

1-EMENTA

Fontes e recursos públicos para a educação. O financiamento da Educação Básica e a legislação o que o regulamenta. Políticas de financiamento da Educação Básica. Os programas de descentralização dos recursos para a escola. Gestão dos recursos da educação.

2- OBJETIVO GERAL

Propiciar condições para a aquisição de conhecimentos sobre o financiamento da educação básica pública brasileira.

3- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre as políticas de financiamento da educação no contexto do projeto político-econômico em consolidação na sociedade brasileira
- Desenvolver competências no aluno de Pedagogia para a atuação no campo da gestão dos recursos financeiros da educação, de forma a possibilitar elementos de compreensão teórico-prática favoráveis à democratização da gestão e à construção de uma escola pública de qualidade.
- Analisar os problemas do sistema de financiamento da educação brasileira, discutindo os retrocessos e as perspectivas de avanços no contexto da política educacional brasileira.

4- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I ó Estado, cidadania e tributação

- Estado e cidadania.
- A função da tributação.
- Os recursos públicos no sistema tributário brasileiro.

Unidade II - Financiamento da Educação Básica Brasileira

- Aspectos legais do financiamento da Educação Básica.
- Recursos públicos para a educação.
- Orçamento da educação.
- A política de financiamento por meio de fundos.
- O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) - 2007-2021.

Unidade III - Controle social e descentralização de recursos para a Educação Básica.

- Controle realizado pelos órgãos públicos e pelos Conselhos de Controle Social da Educação.
- As ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- Programas de descentralização de recursos para as escolas.
- A gestão e o controle social sobre recursos descentralizados para a escola.

5- PROPOSTA DE TRABALHO

Para o desenvolvimento da proposta da Disciplina, além do trabalho docente exigir-se-á dedicação dos graduandos, tendo em vista que o Plano será executado por meio de:

- Aulas expositivas;
- Leitura obrigatória do material bibliográfico indicado;
- Participação efetiva nas aulas e nas discussões;
- Trabalhos em grupo;
- Seminários;
- Elaboração de textos individuais.

6- SISTEMÁTICA AVALIAÇÃO

O processo de avaliação se constitui de etapas importantes e interligadas e rege-se por normas próprias da Universidade Federal do Piauí. Dessa forma, a sistemática de avaliação desta disciplina deve levar em conta o que está definido na Resolução nº. 043/95-CEPEX, de 17.05.1995 (Regulamenta a Verificação do Rendimento Escolar nos Cursos de Graduação da UFPI). Por isso, para efeito de aprovação, serão realizadas, no mínimo, 03 (três) avaliações da aprendizagem, sendo considerado aprovado no final o graduando que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de zero a dez. Também será exigida frequência mínima obrigatória de 75% do total da carga horária.

7- BIBLIOGRAFIA

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **O público e o privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008. 128 p.

ARAÚJO, Raimundo Luís Silva. **Financiamento da Educação Básica no governo Lula: elementos de ruptura e continuidade com as políticas do governo FHC**. 2007.180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da UNB, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2007.

ARELARO, Lisete. **FUNDEF: uma avaliação preliminar dos dez anos de sua implantação**. 2008. 16 f. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-3866--In1.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2008

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 julho. 2011.

. **Emenda Constitucional nº 53**, de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 julho. 2011.

. Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 julho. 2011.

. Lei nº 9.394, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília/DF: MEC, 1996.

. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 julho. 2011.

. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação**. FUNDEB. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 out. 2008.

. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008b. **Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 julho. 2011.

BREMAEKER, François E. J. de. **O impacto do FUNDEB nas finanças dos**

municípios brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/CEIF/IBAMCO, 2007. 37 p. (Série Estudos Especiais n. 190b). Disponível em: <<http://www://ibam.org.br/publicue/media/esp190bp.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2008.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino Rezende. **Custo Aluno-Qualidade Inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007. 127 p.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 857-876, out. 2007.

DAVIES, Nicholas. **Tribunais de Contas e educação**: quem controla o fiscalizador de recursos. São Paulo: Plano, 2001b. 145 p.

. **Financiamento de Educação**: novos ou velhos desafios. São Paulo: Xamã, 2004.

. **Fundeb**: a redenção da educação básica. Niterói-RJ: Edição do Autor, 2007a. 104p.

EDNIR, Madza; BASSI, Marcos. **Bicho de sete cabeças**: para entender o financiamento da educação brasileira. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, 2009.

FONSECA, Marília. **Financiamento do Banco Mundial e a educação brasileira**: 20 anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. 2. ed. São Paulo/SP: Cortez, 1998, pp. 229-253.

FRANCO, Sílvia Cintra. **Para que tantos impostos?**: Dinheiro público e cidadania. 2.ed. reform. São Paulo: Moderna, 2005. P.8-28.

GIL, Juca. **Financiamento da Educação e Gestão Democrática**: um estudo acerca do Conselho do FUNDEF, no âmbito da União. 2007. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HADDAD, Sérgio (org.). **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008. p. 15-53.

MONLEVADE, João. **Educação Pública no Brasil**: contos & descontos. Ceilândia: Idea Editora, 1997. 191p.

. **Para entender o FUNDEB**. Ceilândia: Idéia Editora, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O financiamento da Educação. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Gestão, financiamento e Direito à Educação**: análise da Constituição Federal e da LDB e. 3. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Xamã, 2007. p.83-123.

PIAUI. 1989. **Constituição do Estado do Piauí**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_piaui.pdf. Acesso em: 18 julho. 2011.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 877-897, out. 2007.

. **Os Recursos para Educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Ed. Plano, 2001, p. 7-40.

SILVA, Maria Abádia da. **Políticas para a educação pública**: intervenção das instituições financeiras internacionais e o consentimento nacional. 1999. 327 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

TROJAN, Rose Meri. Estudo comparado sobre políticas educacionais na América Latina e a influência dos organismos multilaterais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Cadernos de Pesquisa**, Porto alegre, v. 26, n.1, jan/abr. 2010. p.55-74.

VALLE, Bertha. **Controle Social da Educação**: aspectos históricos e legais. In: SOUZA, Donaldo Belo (org). Conselhos Municipais e Controle Social da Educação: descentralização, participação e cidadania. São Paulo: Xamã, 2008. p. 53-74.